

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC

Departamento de Comunicação Social – DCSO

Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

Flávia Gândara Simão

**SOBRE OS DIAS QUE EU NÃO GOSTARIA DE TER QUE CONTAR: VIVÊNCIAS,
VIOLAÇÕES E PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DO SISTEMA
CARCERÁRIO FEMININO**

**Bauru – SP
2017**

Flávia Gândara Simão

**SOBRE OS DIAS QUE EU NÃO GOSTARIA DE TER QUE CONTAR: VIVÊNCIAS,
VIOLAÇÕES E PERCEÇÕES DE MULHERES ACERDA DO SISTEMA
CARCERÁRIO FEMININO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Comunicação Social (DCSO), da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC - UNESP Bauru-SP, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

Co-orientação: Profa. Ms. Juliana Gobbi Betti

Bauru – SP
2017

*É fácil esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que
todos os criminosos devem ser tratados de maneira idêntica.
Mas a igualdade é desigual quando se esquecem as diferenças.
(Nana Queiroz, Presos Que Menstruam)*

AGRADECIMENTOS

Mirza Gândara. Marcelo Simão. Larissa Gândara Simão. Rafael Gândara Simão. Janeth Bornhof. Jordana Bornhof. Roberto Gândara. Anna Maria Borbato. Maria Rosária. Anibal Simão. Roberto Gândara Júnior. Ana Roberta Gândara. Mariana Ugattis. Jessica Santos. Maria Júlia Cavicchioli. Giovana Carnielli. Luana Campos. Maria Flávia Alves. Amanda Segato. Rayssa Borges. Marina Prearo. Heloísa Moreira. Victor Leoni. Fernando Salvador. José Victor Bueno. Caio Zorzi. Catherine Paixão. Bárbara Christan. Nathalie Portela. Sophia Andreazza. Izabella Pietro. Ingrid Woigt. Anna Satie. Daniela Leite. Elisa Espósito. Midori Toyota. Laura Fontana. Bibiana Garrido. Maria Esther. Adriana Kimura. Gabriela Abreu. Vinícius Passarelli. Gabriel Dos Ouros. Herculano Foz. Raphael Soares. Lucas Ayres. Daniel Linhares. Jhony Borges. Vitor Almeida. Vinícius Cabrera. Tauã Miranda. José Guilherme Magalhães. Ana Julia Sabino. Bruna Garcia. Thamires Motta. Heloisa Hungaro. Joyce Rodrigues. Fernanda Diniz. Mariana Lacava. Fernando Martins. Lucas Pazetto. Tatiana Vieira. Isis Gaona.

* * *

Segundo a norma ortográfica pela qual somos regidos na Língua Portuguesa, ponto final significa término de período, ou seja, frases com sentidos completos. E pensando sobre como eu conseguiria traduzir em palavras a gratidão que sinto por aqueles que são agentes fundamentais na minha história, entendi que não há forma mais justa de agradecer essas pessoas, que fizeram da minha rotina poço de aprendizado e evolução, senão dar a cada uma delas o espaço completo a que lhes pertence todo o meu agradecimento.

Seres humanos são totais e somam-se. Seus nomes trazem consigo toda a amplitude de vivências já prestigiadas. E entre pontos cabe um universo inteiro.

A vocês,

Família – que cada dia mais me surpreende com a profundidade e o motivo dos laços que nos envolvem e do amor que nos extrapola a matéria;

Amigos de longa data – pessoas que conheceram muitas de todas as minhas diferentes faces de aprendizado e optaram por acompanharem, lado a lado, a minha trajetória;

Vínculos criados por Bauru - que se tornaram minha segunda família, forraram o chão por diversas vezes em que caí e me presentearam com suas presenças nos muitos momentos em que o sorriso me acometeu à face;

E companheiras na luta feminista – mulheres de força, empatia e amor extremo, meu combustível para permanecer na batalha diária por desconstruir uma cultura intrinsecamente machista, que nos tira o sono, nos culpabiliza e nos mata todos os dias:

Meu eterno riso frouxo, abraço caloroso e coração intensamente palpitante. A vocês, minha memória afetiva e corrida presença por entre as idas e vindas dessa caminhada, que me enlaça os pés e me nutre forças para percorrer os vastos caminhos aos quais me sinto entregue.

Vejo ser relevante ressaltar que a ordem cronológica usada para alinhar os nomes não reflete de forma fiel a importância e a imersão de cada um na minha vida. No entanto, a exceção aqui se faz presente aos meus pais, meus irmãos e meus avós, que dedicam a mim um amor que não ousa comparar a nenhuma beleza lexical desse nosso vasto vocabulário: pessoas que se desdobram em peles infindas para me acalantar o corpo e afagar a alma.

Agradeço também e com carinho especial à Juliana Gobbi e ao Juarez Xavier, cidadãos que transbordam todos os dias a geometria do ensino acadêmico e expandem suas atenções para nos educar à vida. Inspirações eternas e que formam, juntamente com Maximiliano Vicente, minha banca examinadora: meu mais sincero agradecimento e admiração por vocês.

E, por fim, sou grata aos que lapidaram em conversas e percepções momentâneas - e que carregam sua dose de extrema beleza - a minha maneira de observar, analisar e dialogar sobre e com a sociedade.

Agradeço, aqui, a tudo e a todos que contribuíram para que eu chegasse exatamente onde estou agora. E, por sorte, eu vivo a magia de trilhar um rumo lotado de gente que brilha, vibra e reflete a beleza que é, para mim, atravessar essa forma de existência.

Resumo: Este presente trabalho se consiste em um livro-reportagem, que tem como objetivo apresentar as vivências e as percepções de mulheres acerca do sistema carcerário feminino. Através do Jornalismo Literário, pretende-se evidenciar como a cultura machista e patriarcal, que rege a sociedade brasileira, afeta a vida de mulheres presidiárias e de suas famílias. Buscando identificar e compreender as violações aos direitos humanos registradas em suas experiências, a realização de entrevistas com regressas e com mulheres que integram a rede de apoio das presas confirmou os estudos prévios e as observações tiradas acerca das entrevistas, que foram fundamentadas nas legislações nacionais e internacionais e na bibliografia existente sobre o tema, que evidenciou a precariedade das estruturas e das políticas públicas que envolvem o sistema carcerário feminino.

Palavras-chave: Jornalismo, livro-reportagem, encarceramento feminino, denúncia social.

SUMÁRIO

Lista de tabelas e figuras.....	8
Introdução.....	9
1. Fundamentação teórica.....	13
1.1 Gênero e formato.....	13
1.2 O sistema carcerário feminino no contexto social.....	14
1.3 Técnicas jornalísticas.....	20
2. Metodologia de execução	21
2.1 Descrição das atividades executadas.....	21
2.2 Descrição do produto final.....	26
3. Cronograma.....	28
4. Orçamento.....	29
4.1 Viagens.....	29
4.2 Alimentação e transporte interno.....	29
4.3 Livros.....	29
5. Considerações finais.....	30
6. Referências bibliográficas.....	33

Lista de tabelas e figuras

Fonte do título e do subtítulo do livro.....	26
Fonte do corpo do texto do livro.....	27
Símbolo para numerar violações de direitos.....	27
Cronograma.....	28

Introdução

O Brasil é o país que tem a quinta maior população de mulheres encarceradas no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China, da Rússia e da Tailândia. Realidade como esta deveria ser o suficiente para que mulheres encarceradas tivessem grande atenção e estrutura no cenário nacional, mas esta não é a realidade encontrada.

Apenas no ano de 2014 o Governo Federal lançou um relatório – Infopen Mulheres - com informações sistematizadas sobre a realidade feminina no sistema carcerário, quando acessou registros de 1.424 unidades prisionais; e mesmo durante esse processo, sobre determinados assuntos não houve disponibilidade de informação por meio dos governos estaduais responsáveis.

Este atraso em informações oficiais e as lacunas formadas pela falta de acesso a registros disponibilizados no relatório, pelos governos estaduais do Brasil, são fatores que evidenciam a realidade enfrentada por mulheres no sistema carcerário, as quais aparentam ser invisíveis, segundo o Infopen Mulheres (2014, p. 5), quando afirma que “há uma deficiência grande de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais dos governos, o que contribui para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas”.

No entanto, com alguns desses dados disponíveis, pôde ser traçado o perfil das mulheres que dormem e acordam todos os dias dentro das celas do sistema carcerário do nosso país:

Em geral, as mulheres submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento (Infopen Mulheres, 2014, p. 5).

Além desse perfil amplo, foi sistematizado pelo relatório que 67% dessas mulheres são negras. Em comparação aos dados do IBGE¹ (2016) que diz que a população negra no Brasil é de 54%, pode-se perceber que existe a evidência de que a população negra é a maior encarcerada no país:

O alto índice de pessoas negras selecionadas pelo sistema penal demonstra também como a raça é um elemento determinante na atuação da polícia brasileira. Explicitando como ela acentua as vulnerabilidades, o Atlas da Violência de 2016, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstrou que aos

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

21 anos os pretos e pardos possuem 147% a mais de chance de ser vitimados por homicídios do que indivíduos brancos, amarelos e indígenas. (Mulheres sem prisão, 2017, p. 55)

E esta é uma carga histórica da escravidão, que perdura através de séculos nas sociedades ao redor do mundo, assim como afirma a professora e filósofa feminista DAVIS (1982 Apud W.E.B. Dubois, 1920, p. 164) sobre as mulheres negras: “Algumas mulheres nasceram livres e outras alcançaram a liberdade no meio de insultos e letras vermelhas; mas as nossas mulheres negras obtiveram liberdade atirada de forma desdenhosa”. Liberdade esta que até hoje não conseguiu ser completamente conquistada, como explicitado pelo relatório.

Como abordado, também, pelo Infopen Mulheres (2014) na maior parte das vezes, as mulheres são responsáveis pelo sustento de suas famílias, se submetendo, assim, a situações informais para se sustentarem. Além de trabalhos não oficializados, o tráfico e o furto são a primeira e a segunda formas, no crime, as quais essas chefes de família conseguem dinheiro. E se são presas ocupam, respectivamente, os 68% e os 9% do total de crimes analisados por recorte de gênero.

Ao entrarem em situação de prisão, são enviadas a penitenciárias que apresentam pouca estrutura para comportar suas necessidades específicas, além de serem esquecidas as condições em que essas pessoas deixaram suas casas. Segundo, ainda, o relatório disponibilizado pelo Ministério da Justiça, através do DEPEN - Departamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen Mulheres (2014, p. 5) considera “a matriz histórica do patriarcado que informa o funcionamento do sistema penal no país, o tema do encarceramento de mulheres merece bastante destaque”, porque:

[...] as mulheres em situação de prisão têm demandas, necessidades e peculiaridades que são específicas, o que não raro é agravado por histórico de violência familiar, maternidade, nacionalidade, perda financeira, uso de drogas, entre outros fatores. A forma e os vínculos com que mulheres estabelecem suas relações familiares, assim como o próprio envolvimento com o crime, apresentam-se, em geral, de maneira diferenciada quando comparado este quadro com a realidade dos homens privados de liberdade. (Infopen Mulheres, 2014, p. 5).

Ademais, apenas 7% das unidades prisionais são especificamente designadas a mulheres. A maior parte delas são mistas, somando 238 estabelecimentos, que representam 17% do total de vagas disponibilizadas ao sistema carcerário no Brasil. E esses números apontam o descumprimento da Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que prevê a separação de unidades prisionais diferentes para homens e mulheres.

No entanto, este dado não se faz prejudicial ao encarceramento feminino de forma solitária. Tanto as unidades prisionais que são separadas, como as que não são, têm estruturas insuficientes para abrigarem as mulheres sob custódia da Justiça.

Para considerar a questão de gênero no sistema penal, há que se ir além do mero gesto de pintar os muros da unidade de cor de rosa; dizer que a mulher é mais emocional; e tornar acessíveis os remédios controlados que ajudam a dormir. Contemplar a questão da mulher presa significa muito mais do que desenvolver concursos de “Miss Penitenciária”, como vem ocorrendo com frequência. (CERNEKA, 2009, p. 63).

É necessária, além de estrutura básica, garantida pela Lei de Execução Penal (1984), suporte material e psicológico capaz de lidar com mulheres gestantes, mulheres que têm filhos, mulheres com cólica e que menstruam, porque, como afirmou CERNEKA (2009, p. 62), coordenadora nacional da Pastoral Carcerária – organização religiosa que defende os direitos humanos dentro dos presídios - para questões femininas: “Para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam”. E, atualmente, esse número já cresceu aproximadamente em 10 mil mulheres.

Segundo o Relatório Sobre Mulheres Encarceradas no Brasil (2007, p. 26), “a maioria das mulheres encarceradas não recebe do Estado os produtos essenciais de higiene e asseio, como papel higiênico, pasta de dente, xampú, entre outros. O acesso fica restrito à capacidade da família em comprar e entregar esses produtos nos dias de visita”, ou seja, mulheres encarceradas são invisibilizadas de muitas formas pelo Estado, com a falta de informações oficiais e de veiculação dessas informações e a, praticamente, inexistente estrutura que deveria ser oferecida a essas mulheres sob custódia da Justiça.

Observando o cenário em que se encontra o sistema carcerário feminino, a necessidade de produzir conteúdo sobre o tema foi inquestionável. Com isso, nasce o livro-reportagem *Sobre os dias que eu não gostaria de ter que contar: vivências, violações e percepções acerca do sistema carcerário feminino*, que tem como objetivo geral apresentar as violações aos direitos fundamentais no sistema penitenciário feminino, através do depoimento de egressas e das famílias de mulheres que se encontraram e ainda encontram-se em privação de liberdade.

Como objetivos específicos do presente trabalho, propõe-se:

- Aumentar a discussão acerca do encarceramento feminino no Brasil.
- Relatar vivências de mulheres presidiárias dentro de unidades prisionais femininas.

- Evidenciar a responsabilidade do Estado em assegurar que as leis existentes sejam cumpridas e os direitos humanos, respeitados.
- Ampliar os olhares sobre o tema, incluindo no produto ilustrações que representam a percepção de mulheres que não integram diretamente as estruturas que envolvem o sistema penitenciário.

1. Fundamentação teórica

1.1 Gênero e formato

Quando idealizei sistema carcerário feminino como tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, pesquisei o que já havia sido produzido e pude encontrar apenas quatro obras literárias, que traziam em suas páginas, vivências de mulheres dentro do sistema carcerário feminino. Aquele fato me despertou mais ainda a percepção de que esse sistema precisa ser falado e discutido, afinal, não existem tantas informações, nem produções sobre o assunto. Ao longo do processo de pesquisa inicial, há seis meses, quando tive a certeza de que iria trabalhar com este tema, não cheguei a ter conhecimento de mais nenhuma produção literária que abarcasse o sistema carcerário feminino. Apenas durante o começo do levantamento de bibliografia científica que fiz, me deparei com o quinto integrante desta lista de produções literárias sobre o tema – Prisioneiras, livro do renomado médico Dráuzio Varella, que trabalhou durante anos em contato com mulheres presas.

A partir dessa averiguação, somei meu gosto e aptidão para a escrita, considerando que o livro poderia me proporcionar uma abordagem interessante sobre o assunto, assim como afirma LIMA (1998, p. 12), quando diz que “na medida em que certos temas importantes não têm nos veículos jornalísticos convencionais a guarida que merecem, [...] a alternativa natural é a elaboração da grande reportagem, na forma de livro”, e avaliei as opções que existiam para a produção do produto. Com isso, concluí que poderia colocar em prática meu bem-querer pela literatura, universo no qual antes eu era, apenas, uma leitora, e diferenciando meu trabalho das obras literárias já produzidas, a ideia foi introduzir os direitos das mulheres que estão dentro do sistema carcerário sistematizados ao final das histórias e, também, desenhos colaborativos de mulheres fora do sistema, mas que tem conhecimento teórico sobre o tema.

Eu pude perceber que a maneira como a literatura jornalística aborda a explanação dos fatos era a que eu gostaria de produzir para o Trabalho de Conclusão de Curso, justamente porque, abordando tema como o sistema carcerário feminino, a minha subjetividade acrescenta à forma como o texto é estruturado e escrito, porque apresenta a violação de direitos humanos enraizada como conduta errada a ser seguida por parte do Estado, como afirma SPONHOLZ (2003, p. 115), quando diz que “subjetividade é uma condição para a objetividade, uma vez que a busca da realidade sobre um determinado problema pressupõe interesse”.

E este fato não interfere no fazer jornalístico, que prega a objetividade como premissa maior a ser seguida; ainda segundo SPONHOLZ (2003, p. 111), a “objetividade jornalística compreende a produção de uma relação/conexão entre a realidade primária e o texto”, e completa:

Quais são as consequências dos aspectos subjetivos inerentes ao processo de conhecimento para a discussão sobre objetividade? A primeira delas é de que objetividade não pode mais ser entendida como o contrário de subjetividade, mas sim como a busca e aproximação da realidade. Subjetividade faz parte deste processo. [...] O fato de a observação ter sido feita por um sujeito, ou seja, a partir de uma perspectiva, não impede que se possa se aproximar da realidade. O fato de um repórter relatar o que viu a partir de um ponto de vista não significa que o que ele conta é mentira ou invenção sua. Reconstruir a realidade não pode ser interpretado como antônimo de ser objetivo. A realidade que se vê nos jornais não é e não pode ser os fatos que foram observados. No entanto, ela pode e deve ser uma reconstrução que tem a realidade observada como base, como pressuposto. (SPONHOLZ, 2003, pp. 112-113).

Com isso, a intenção consiste no leitor se aproximar à narrativa, criando uma maior simpatia pelo texto a partir de um narrador que se posiciona. Portanto, acredito que o Jornalismo Literário proporciona ferramentas para que meu objetivo seja atingido porque, segundo PENA (2007, p. 8), este modo de fazer jornalístico “significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, [...] e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos”.

Acerca deste cenário, a intenção não era ouvir especialistas, mas sim, ser um meio para que as vozes das mulheres que estão dentro do sistema carcerário feminino fossem ouvidas, visto que todos os dias são invisibilizadas de muitas formas, inclusive no Jornalismo, porque criou-se como uma norma à veiculação de fontes oficiais e de especialistas para transmitirem um conhecimento e este poder ser considerado como confiável:

O autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Verificou-se a extrema centralização das fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro (AMARAL, 2002, p. 2 apud MEDINA, 2000).

E estas vozes não-oficiais permanecem ainda muito caladas por um costume profissional. São as vozes de personagens reais das situações explicitadas, mas não são estimuladas ou procuradas para falarem e serem ouvidas.

1.2 O sistema carcerário feminino no contexto social

O sistema carcerário no Brasil carrega consigo um passado que não pode ser alvo de aplausos:

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta da Igreja principal em Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na Praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Tendo como base esta narração para descrever os métodos punitivos do século XVIII, percebe-se como se fazem violentos, desde centenas de anos atrás, na sociedade, esses métodos de punição. Segundo FOUCAULT (2014), após trinta anos deste acontecimento, lançou-se o regulamento para a Casa dos Jovens Detentos de Paris, em que trazia presente não o suplício como forma a se castigar quem transgredisse normas na época, mas sim, regras que organizavam um sistema de punição não mais literalmente física.

O filósofo também não é capaz de pontuar exatamente em que momento da história perdeu-se a punição corporal e foram aplicadas penas à privação de liberdade das pessoas; acredita que seja entre o “fim do século XVIII e começo do XIX”, mas questiona:

Punições menos diretamente físicas, uma certa descrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Após o questionamento, o filósofo continua a reflexão sobre o assunto e responde a própria pergunta. FOUCAULT (2014, p. 16) conclui que pessoas infratoras, atualmente,

passaram a ser punidos de forma mais “velada”, em que se tem o corpo como “posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem” e completa afirmando que “o castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia de direitos suspensos”.

Acerca desta conclusão, podemos evidenciar o sistema carcerário brasileiro dentro da punição caracterizada como “direitos suspensos”. Tomando como base a Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que regulamenta como direito da pessoa em situação de prisão assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa para garantir a integridade física e moral do preso, demonstra-se através de bibliografia existente sobre o tema, que muitos desses direitos são inexistentes na realidade da pessoa encarcerada. LEMGRUBER (2001, p. 19) afirma que desde 1976, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito que avaliava a situação do sistema prisional, a realidade das penitenciárias encontrava-se em “superpopulação, ociosidade, violência e falta de atendimento às necessidades básicas dos presos”, fato que não se difere da atual conjuntura do sistema carcerário no Brasil, com atenção especial nas unidades femininas:

Há toda uma ordem de direitos das mulheres presas que são violados de modo acentuado pelo Estado brasileiro, que vão desde a desatenção a direitos essenciais como à saúde e, em última análise, à vida, até aqueles implicados numa política de reintegração social, como a educação, o trabalho e a preservação de vínculos e relações familiares (Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil, 2007, p. 5-6).

E como já explicitado anteriormente, mulheres presas por busca de uma fonte alternativa de renda, como o tráfico ou o furto, são as mais apreendidas pela Justiça no Brasil, sendo essas, 68% negras, porque consistem na base da pirâmide social do país, sendo necessária a busca de trabalhos informais ou fontes alternativas de renda como manifestação da carga histórica carregada por seus ombros do período de escravidão.

Desde a Proclamação de Emancipação de Abraham Lincoln nos Estados Unidos em 1863, mulheres negras, afirma DAVIS (1982), começaram a ter que se sustentar, só que nas condições em que estavam após a proclamação, não conseguiam trabalhos que as tirassem da margem social:

De acordo com os censos de 1940, 59,5% das mulheres negras e empregadas eram trabalhadoras domésticas e outras 10,4% eram empregadas em serviços não-domésticos. Uma vez que 16% continuavam a trabalhar nos campos,

apenas uma em cada dez mulheres negras trabalhadoras conseguiram realmente começar a escapar ao velho aperto da escravidão. Até aquelas que conseguiram entrar no trabalho industrial e profissional tinham pouco para se vangloriar, por estavam consignadas, em regra, em serem pior pagas nessas ocupações. (DAVIS, 1982, p. 73).

Fato como este demonstra que a carga histórica de marginalização advinda do período de escravidão e pós-escravidão permanece tanto nos Estados Unidos como no Brasil, quando se sistematiza que a população de mulheres encarceradas que são negras é de 67%, enquanto a porcentagem total de negros no país é de 54%.

Somado a este apontamento, constata-se importante abordar também que, segundo SILVA (2015), o modo de formação familiar se alterou atualmente, sendo a mulher, muitas vezes, chefe de família e responsável pelo sustento dos seus dependentes:

Todavia, existe uma parcela significativa de mulheres que se sujeitam no cometimento de delitos como forma de obtenção de renda ou de complementá-la, por não disporem de meios pessoais, sociais e econômicos para arcarem com as responsabilidades familiares. Esta é, em grande maioria, a realidade de mulheres chefes de famílias monoparentais femininas que estão atrás das grades [...]. Dentre as motivações para seu surgimento, está a mudança no padrão familiar que deixou de ser preponderantemente nuclear e incorporou, legal e socialmente, novas formas de constituir-se família. A viuvez, a gravidez antes do casamento e o divórcio são acontecimentos que conduzem a formação de famílias monoparentais femininas, uma vez que sua principal caracterização é a convivência de apenas a genitora e seus descendentes no mesmo ambiente doméstico. (SILVA, 2015, p. 12).

Esta constatação agrava a situação em que a mulher se encontra dentro da sociedade que vive, porque SILVA (2015 apud BOTTON; STREY, 2012, p. 23) afirma que já no nascimento “começamos a transformar um corpo sexuado em um menino ou uma menina [...]. E essa é uma definição crucial e que terá consequências para o resto da vida, independentemente de como esse sujeito irá reagir, futuramente, frente a essa definição”.

A partir disso, a consequência mencionada se concretiza na discriminação contra as mulheres, confirmada pelo Dossiê “Cultura e raízes da violência contra as mulheres”, produzido em 2015 pela Agência Patrícia Galvão², quando demonstra, através de dados³, que existem discriminações e violências sofridas por mulheres que comprovam “a necessidade urgente de um profundo olhar sobre suas raízes associado a um maior compromisso para coibir normas

² Responsável por notícias e dados sobre os direitos das mulheres.

³ Cinco espancamentos a cada dois minutos, um estupro a cada 11 minutos, um feminicídio a cada 90 minutos, 179 relatos de agressão por dia e 13 homicídios femininos por dia, em 2013.

que fixam lugares rígidos para as mulheres e homens na sociedade e que agem como fortes barreiras para a efetivação de direitos”. E completa afirmando que “as desigualdades de gênero estão, ainda, nas raízes do sofrimento físico e mental, violação e morte que atingem bilhões de mulheres de todas as idades, raças, etnias, religiões e culturas”.

Desigualdades estas que estão representadas pela necessidade de uma lei federal, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2015, que criminaliza o homicídio de mulheres, chamado feminicídio, que se caracteriza quando a morte for ocasionada por “violência doméstica e familiar” e “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

No entanto, na sociedade atual mulheres são discriminadas até mesmo em seus locais de trabalho, como avaliou pesquisa veiculada no dia 7 de março de 2017, véspera ao Dia da Mulher, pela plataforma especializada em oferecer vagas de emprego, Catho. A extensão dos dados colhidos foi desde cargos estagiários até diretores e o resultado obteve discrepância⁴ em todas as áreas analisadas, sendo a maior na posição de consultor, em que homens recebem 62,5% de salário a mais que mulheres.

Ao observar os dados, pode-se inferir que a discriminação sofrida pela mulher na sociedade atual afeta muitas esferas sociais, e a inovação na estrutura familiar contribui para que essas novas chefes da casa se coloquem em situações mais vulneráveis para conseguirem renda extra, assim como afirma SILVA (2015 apud BUTTO, 1998, p. 7), quando diz que “domicílios chefiados por mulheres têm, em média, uma renda menor não porque têm mais crianças ou menos adultos, mas porque a/o chefe do domicílio, sendo uma mulher, ganha menos”. Gerando, assim, um grande fator para que a população carcerária feminina tenha crescido 567% de 2000 a 2014, segundo o Infopen Mulheres (2014), por, cada vez mais, estarem ocupando cargos informais – situação que se agrava com Lei 607.431, conhecida como Lei do Tráfico, que não regulamenta quantidade fixa para uma pessoa ser presa por tráfico de drogas, ficando a cargo da autoridade responsável, estipular a quantidade em cada caso - e que possibilitem ganho rápido de dinheiro para sustentarem a família:

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães de família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que estas insuficiências

⁴ Cargos operacionais: 58%; especialistas graduados: 51,4%; especialista técnico: 47,3%; coordenação, gerência e diretoria: 46,7%; supervisor e encarregado: 28,1%; analista: 20,4%; trainee e estagiário: 16,4%; e assistente e auxiliar: 9%.

existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa. (SILVA, 2015 apud VITALLE, 2002, pp. 47-48).

Mulheres e mães representam grande parte do percentual de presas, conforme relata o Infopen Mulheres (2014). Isso agrava a situação de mulheres dentro das penitenciárias e de seus dependentes:

As análises de Stella (2006) englobaram os aspectos negativos da prisão, tanto no que concerne à estadia no cárcere, quanto à ausência da mãe no convívio da criança. Quanto à primeira proposição, a autora salienta que a falta de estrutura física, assim como as condições precárias de alimentação, saúde e educação geram um aprisionamento mais intenso nas mães que nas crianças, pois estas não encontram as atividades, recreações e cuidados para possuírem um “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990), conforme preconiza o art. 3º do ECA (SILVA, 2015, p. 190).

Esse distanciamento da mulher para com o lar, por esta ter optado o crime para conseguir o próprio sustento e/ou o sustento de sua família também é grande influenciador no abandono sofrido por mulheres dentro das penitenciárias. Segundo SILVA (2015), a mulher é menos visitada do que o homem porque ela rompe com a expectativa social do que se acredita ser feminino e agradável. Isso afeta a visão que a sociedade tem sobre ela e a visão que a mesma tem de si, fazendo com que, muitas vezes, afastem os familiares e amigos pelo motivo da vergonha de não reproduzir um papel social estipulado para ela e “justificar a rejeição que o cárcere provoca” (p. 177).

No entanto, as mulheres que resistem à pressão social, geralmente contam com uma rede de apoio responsável por cuidar da casa e por supri-las de artigos de higiene pessoal e alimentação, os quais dificilmente são disponibilizados de forma decente pelas unidades prisionais:

Em relação ao conceito de “redes de parentesco”, fala-se em uma instância particular de relacionamento baseada nos laços de sangue ou não, cujos princípios fundamentais são os de “comunalidade” ou “afinidade” e seu conteúdo básico é a solidariedade – sendo o parentesco o eixo de organização de boa parte do espaço social imediato com o qual as pessoas se ajustam frente às dificuldades da vida (SILVA, 2015 apud MESQUITA, 2012, p. 110).

A rede de apoio formada para dar sustentabilidade às mulheres em situação de prisão é essencial, porque essas mulheres, além de serem invisibilizadas perante órgãos públicos,

através da falta de informação acerca do tema, são tratadas como homens, quando se é descartada a assistência material a elas, sem o apoio de artigos de higiene e, principalmente absorventes, além de que a formação familiar é ignorada. Com isto, pode-se afirmar que “(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”, segundo SANTOS (1997, p. 122).

1.3 Técnicas jornalísticas

Durante o processo de entrevista, tratar as personagens do livro-reportagem como pessoas e não, apenas, como personagens de um produto jornalístico foi a primeira meta que estabeleci, essencial no ato de contar experiências vivenciadas, para captar delas o sentimento que carregam sobre o assunto.

Como fontes independentes, tentei colocá-las à vontade, porque falar sobre um tema como o sistema carcerário feminino, para pessoas que passaram por ou vivenciaram ele de alguma forma, acredito (e pude ter a certeza após o processo de entrevista) que não é simples, e traz lembranças de momentos que ocasionam dor, angústia e, muitas vezes, violações de direitos à integridade física e psicológica das entrevistadas.

Portanto, tentei colocar em prática uma passagem de MEDINA (2011, p.8), a qual aborda formas para que uma entrevista seja conduzida: “Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo”. E, seguindo este propósito, propus diálogos ao invés de entrevistas formais.

O roteiro de perguntas foi preparado, no entanto, utilizei apenas para usá-lo como suporte, caso a conversa incentivada não tivesse abarcado todas as questões que faziam parte do objetivo que eu gostaria de chegar ao final da entrevista, que era transmitir o sentimento das minhas personagens. A técnica por mim utilizada tinha o propósito de atingir um

[...] 5) Perfil humanizado. Ao contrário da espetacularização, a entrevista com finalidade de traçar um perfil humano não provoca gratuitamente, apenas para acentuar o grotesco, para “condenar” a pessoa (que estaria pré-condenada) ou para glamorizá-la sensacionalisticamente. Esta é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida. A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas (MEDINA, 2011, p. 18).

2. Metodologia de execução

2.1 Descrição das atividades executadas

Meu primeiro contato com as questões que abordavam o sistema carcerário, em geral, se deu na época em que estava no segundo colegial do Ensino Médio, através de reportagens sobre o tema na televisão. A falta de responsabilidade para com os detentos me assustava, e eu sentia que teria que fazer algo para mudar aquela situação, da forma que me fosse possível.

O conteúdo pelos quais me alimentei sobre o sistema carcerário não foi amplo até então, mas a minha vontade e a política das unidades prisionais não haviam mudado, então em 2013, quando a penitenciária feminina na cidade de Colina (SP) não disponibilizou absorventes para as presas e as mesmas tiveram que estancar os próprios sangues menstruais com miolo de pão, reavivou-se a vontade de produzir algum projeto sobre o tema, também com o recorte de gênero, principalmente por eu já estar iniciada na discussão sobre feminismo.

O começo foi encaminhado de forma lenta, com pequenas leituras, mas com maior frequência. Foi então que em 2016, na hora de decisão sobre o objeto a ser tratado no Pré-projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso, a ideia já havia sido decidida.

A produção do Pré-projeto foi essencial para o começo da minha pesquisa científica porque, através dela, pude ter contato com as primeiras bibliografias lidas, as quais me direcionaram para uma parte das referências futuras, abordadas neste relatório.

Em maio de 2017, continuei o processo de levantamento bibliográfico iniciado no Pré-projeto: assisti a documentários, fiz anotações sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro do sistema, comprei os quatro livros que tratavam o tema frente ao Jornalismo Literário e continuei recolhendo bibliografias.

A primeira reunião de orientação sobre o projeto foi em maio, com a Profa. Ms. Juliana Gobbi Betti, quem esteve ao lado da minha escolha desde 2016. As conclusões chegadas sobre a hipótese a ser tratada neste trabalho foram fixadas por vivências e estudos acerca do sistema carcerário feminino e do feminismo, quando apontados a falta de estrutura material e psicológica para o tratamento com mulheres presas e a percepção de uma rede de apoio formada por mulheres para suprir as necessidades básicas das custodiadas.

Também nos embasamos nos Direitos Humanos, os quais regem nossas vontades por exercitar a profissão de jornalista a fim de transformações sociais que atendam às necessidades das minorias sociais.

No período que se passou, as orientações continuaram via redes sociais e o levantamento de fontes começou a ser executado. Em junho, me reuni com o Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier - que também me orientava via rede social e acredita no poder da comunicação para transformar realidades de minorias sociais, principalmente a negra, o qual é parte integrante do movimento nacional - para avançarmos com o andamento do produto, e entendemos que era não era possível desatrelar a temática da questão racial e do movimento negro ao sistema carcerário feminino.

Na iniciativa de viver um processo de imersão, à medida que me fosse possível, dentro do tema, comecei a executar as atividades listadas para a produção direta do livro, que eram: entrevistas, transcrição das entrevistas, elaboração dos capítulos e processo de escrita.

Conforme a primeira reunião, anterior à busca por personagens, o critério escolhido foi que as fontes deveriam ser egressas do sistema carcerário ou parentes/amigas de alguma mulher que esteve ou está sob custódia da Justiça.

Iniciei o processo de levantamento e encontrei três fontes dispostas a falar: Daiane, Tati e Rosana. As duas primeiras eram egressas e a última, mãe de uma ex-presidiária. As três me receberam em suas casas e a escolha das fontes foi em relação ao quesito “deslocamento”, e todas eram possíveis a minha visita, pois eu tinha, nas cidades que me foram destino das entrevistas, a segurança de pedir qualquer apoio a pessoas próximas a mim, caso fosse preciso. A quarta fonte, Amanda, foi encontrada através de uma pesquisa de campo na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, onde fui no período da tarde de um dia de visita, e a quinta entrevistada seria buscada na pesquisa em campo na Cadeia Pública Feminina de Franca, mas as informações disponibilizadas na Internet estavam ultrapassadas e, chegado lá, o período de visita não era mais o que eu havia encontrado, e as presas tinham sido transferidas.

A maior parte dos nomes das pessoas na narrativa não equivalem às respectivas personagens. Daiane, Ana Júlia, Diego, Guilherme, Denis e Júlio são frutos de mesclas de nomes e da inversão dos nomes de uma história para a outra. Já Tati, Yasmin e Macumba são nomes e apelido verdadeiros.

No processo de entrevista, priorizou-se a vontade das entrevistadas, e todas as fontes foram perguntadas sobre a preferência em como seriam citadas ao decorrer do produto.

A escolha por não colocar os sobrenomes foi para que o leitor se aproximasse das personagens e reagisse com mais naturalidade perante os relatos contados. Além de que, muitas outras Daianes, Anas Júlias, Diegos, Guilhermes, Denis, Júlios, Tatis, Yasmins e Macumbas, ou quaisquer outros nomes, poderiam passar por situações parecidas, já que o sistema carcerário feminino trata como hábito as violações dos direitos humanos e das leis existentes, que asseguram princípios básicos para as pessoas em situação de prisão.

As primeiras três entrevistadas não sofriam as consequências de séculos de escravidão, por se considerarem todas brancas. No entanto, carregam consigo ampla vontade de denunciar as situações, as quais tinham vivenciado. A partir daí, enxerguei a volta para a ideia inicial do projeto, que se consistia em apontar a falta de infraestrutura e cerceamento de direitos básicos dentro do sistema carcerário feminino.

O tempo também foi um fator influenciador na decisão, à medida que ele seria insuficiente caso eu fosse à procura de mais fontes, as quais abarcassem todos os objetivos do projeto, pontuados em reunião com o Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

As entrevistas se apoiaram no método dedutivo, no entanto, as narrativas nem sempre acompanharam esse princípio. Presei pela alternância nas estruturações das histórias, para não ficarem cansativas de serem lidas. Então se desenrolaram de formas diferentes, sem o mesmo padrão de formato, no entanto, sempre tentavam transmitir, além das vivências acerca do sistema carcerário feminino, a realidade macro e a micro, nas quais as personagens estavam inseridas.

A primeira entrevistada foi Daiane, mulher de trinta e dois anos que me recebeu em sua casa e contou que se associou ao tráfico para impor respeito ao ex-marido, que lhe assediava de várias maneiras, e para conseguir sustentar a casa em que morava, já que não conseguia voltar para a casa dos pais sem nada que considerasse um grande motivo para o fato. Daiane foi presa em 2009 e ficou mais de três anos na Penitenciária Feminina de Sant'Ana. Depois, em regime semiaberto foi transferida para o Butantã e em julho de 2014 conseguiu seu benefício de liberdade assistida. Todos os anos foi assistida por sua família, principalmente por sua mãe e, hoje, criou sua própria família, além de ter um grande contato com os pais e a irmã caçula; e trabalha com cobrança em um telemarketing na cidade de Bauru.

A segunda foi Tati, manicure e pedicure que também me recebeu em sua casa e ganha o próprio sustento, e que acredita que só não teve complicações para conseguir um emprego porque ela é autônoma. Presa enquanto deixou uma criança pequena em casa, recebeu ajuda da avó para conseguir passar pelo período de prisão, em Taboão da Serra, que foi de 17 dias. Entrou

no crime porque esse sempre foi o ambiente que conheceu e, mãe solteira, precisava sustentar uma filha pequena.

Rosana foi minha terceira entrevistada e fui até São Paulo para encontrá-la. Chegando em sua casa, me deparei com a história de uma mãe que, mesmo sofrendo muito, acreditava que não sabia metade das situações horríveis que sua filha devia ter passado no período em que esteve presa. Ana Júlia foi detida grávida, teve seu filho na cadeia e o entregou para as mãos da avó, que o criou enquanto a filha estava em situação de prisão. Vindas de uma família classe média alta, Rosana se entristecia ao não poder levar produtos de qualidade para a filha e se sentia culpada pelo assalto que Ana Júlia fez, então achava que merecia ter seus direitos violados pela revista vexatória, já que acreditava dever algo para o Estado.

Por último, Amanda, a qual encontrei sentada no ponto de ônibus atrás da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto. Cunhada de Carol, vai todo final de semana visitar a mãe de sua sobrinha. A quantidade é dita no singular, já que a outra sobrinha, que estava a caminho na barriga de Carol - presa grávida - foi vítima de uma negligência médica que lhe custou sua vida. Amanda se revolta com o sistema carcerário em geral, mas acredita que o feminino é pior, porque na penitenciária em que o irmão está preso – o qual também estava com Carol durante o furto – as condições são muito melhores do que as da penitenciária em Ribeirão Preto.

Após as entrevistas, iniciei o processo de transcrição. Durante duas semanas transcrevi mais de sete horas de áudio e comecei a estruturar os capítulos.

Com a estruturação formada, a qual foi explicada anteriormente, imergi no processo de escrita. A imersão, tanto no momento das entrevistas, como no período de escrita, foi essencial para eu conseguir transmitir para a obra, não apenas os fatos, mas sim, os sentimentos que envolviam aquelas mulheres acerca do tema abordado.

A ideia inicial para o conteúdo do livro, em reunião com o Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, era ser dividido em três partes: narração em primeira pessoa ao meio, partes superior e inferior, uma com as falas das personagens e outra com uma linha do tempo sobre as datas que marcaram a história do sistema carcerário feminino. No entanto, ao começar o processo de escrita, pude perceber que eu executava melhor o trabalho ao escrever com uma estruturação diferente da pensada inicialmente: o texto seria corrido, em primeira pessoa, mas haveria a presença de diálogos diretos e indiretos ao longo da narrativa, ao invés de serem separados. Além de que, vi esta forma de estruturação como a que mais se aproximaria do leitor. Este fato também é o que justifica o vocabulário original das entrevistadas ter sido mantido, tanto nos diálogos diretos como nos indiretos. Eu vejo a transcrição original da fala como sendo

muito importante, também, para transmitir os sentimentos e o meio em que vivem as personagens.

Depois do contato com todas as histórias e direitos que foram violados, a ideia que nasceu foi de conflitar as vivências com as leis que deveriam reger o sistema carcerário em geral, com foco no feminino, e evidenciar como as mulheres em situação de prisão e suas visitas são violadas perante leis nacionais e internacionais.

Como norte para este conflito entre realidade e teoria, foram usadas a Lei de Execução Penal, que rege o âmbito federal sobre pessoas em situação de prisão; a lei estadual - de São Paulo -, que proíbe a revista vexatória; e as Regras de Bangkok, estabelecidas em encontro da ONU, que deveriam ser adotadas nas unidades prisionais femininas para garantirem que as integridades físicas e morais estivessem presentes para as mulheres enquanto estas vivenciam o cárcere.

Imprimi as transcrições dos áudios, grifei todas as falas que apontavam direitos desrespeitados e conflitei, uma a uma, com as leis e regras aqui explicitadas no parágrafo anterior. Através de um símbolo feito por mim, que se consiste em uma grade, vazada ao centro, enumerei as transgressões ao final de cada fala que trazia direitos violados, e anexei ao final dos capítulos um índice, com todas as leis e regras infringidas, separadas pelos parágrafos e páginas respectivas das falas.

O símbolo foi introduzido ao final das falas para que o leitor possa, primeiramente, completar a leitura do direito violado e depois conferir como as leis garantem que aquela situação seja conduzida.

Já os desenhos, que acrescentam ao livro como conteúdo artístico, foram dispostos na intenção de levar ao produto a percepção de mulheres que não estão inseridas no sistema carcerário de nenhuma forma, mas que têm algum tipo de reflexão já iniciada sobre o tema. O critério escolhido foi serem mulheres, *cis* ou *transsexuais*⁵, que estão próximas a mim, as quais convidei, via redes sociais, a participarem do livro-reportagem com suas percepções acerca do sistema carcerário feminino.

Além de agregar ao conteúdo escrito, enxerguei como uma alternativa enriquecedora ao fato de algumas entrevistadas não quererem ser alvos das lentes de câmeras fotográficas, e traria mais mulheres para discutirem ou para pensarem sobre o tema, instigando um lado artístico nas convidadas, que tinham os mais diferentes níveis de complexidade nos desenhos.

⁵ Cisgênero: pessoa que se reconhece no gênero que lhe foi atribuído ao nascer (homem ou mulher). Transgênero: quem não se reconhece no gênero que lhe foi atribuído desde o nascimento, e isso implica em uma série de quebras de estereótipos sociais, passando (ou não), por tratamento hormonal.

O título *Sobre os dias que eu não gostaria de ter que contar* foi criado no começo do processo de escrita, porque vi e entendi o quanto era difícil para as minhas entrevistadas falar sobre os períodos quando estavam em situação de prisão, ou os que se relacionam a eles. E além de ser difícil para elas, era para mim também, tanto para contar sobre os fatos, como para falar sobre os sentimentos envolvidos. Mas as histórias tinham que ser contadas, porque conteúdos precisam ser produzidos acerca do sistema carcerário feminino.

E a palavra “contar” traz o sentido duplo de contar os fatos e os sentimentos, de forma a se contar uma história, e também faz referência sobre contar os dias, em números exatos, os quais minhas entrevistadas estiveram em contato com o sistema carcerário feminino. Todas elas sabiam datas de entrada, de saída e contavam nos dedos ou nos anos os dias que estiveram frente a esse sistema.

Já o subtítulo foi construído de forma objetiva, para levar o leitor ao encontro de tudo o que lhe espera no livro-reportagem: vivências de mulheres em contato com o sistema carcerário feminino; violações dos artigos que são assegurados pela Lei de Execução Penal e pela lei que proíbe a revista vexatória, e violações de regras aconselhadas pela ONU às mulheres presas; e as percepções de mulheres fora do sistema, mas que através da arte se solidarizaram em transmitir o que pensam, com um contato teórico sobre o tema.

2.2 Descrição do produto final

Sobre os dias que eu não gostaria de ter que contar: vivências, violações e percepções de mulheres acerca do sistema carcerário feminino é um livro-reportagem que relata vivências de egressas e de mulheres que formam uma rede de apoio de mulheres que estavam ou estão no sistema penitenciário feminino, aponta as leis e regras nacionais e internacionais que foram infringidas pelas unidades prisionais, como um índice ao final dos capítulos, e traz percepções artísticas de mulheres que estão fora do sistema carcerário feminino, na última parte do produto.

O livro foi impresso em folha sulfite A4, com tamanho de 21x29,7 centímetros de largura por comprimento e tem 65 páginas.

A identidade visual do livro se constrói a partir dos tipos de letras usadas para compor sua estrutura. O título e o subtítulo e as nomeações nas ilustrações são colocados na fonte Bebas Neue, respectivamente em tamanhos 45, 20 e 18:

A B C D E

A B C D E

A fonte escolhida para o título e o subtítulo foi Bebas Neue porque, assim como o assunto abordado, as letras são desenhadas de uma forma rígida e densa.

Já o corpo do texto, as notas de rodapé e o índice ao final dos capítulos foram escritos em Century Schoolbook, respectivamente com os tamanhos 12,5; 10,5; e 10,5, pois acredito que Century Schoolbook é uma fonte clássica, serifada, que não permite espaço para descontração:

A B C D E

A b c d e

No entanto, a seriedade da fonte se mescla com o visual limpo das páginas do livro, que são arejadas, com recuo em 2 centímetros, tanto dos lados esquerdo e direito, como em cima e embaixo, e com espaçamento 1,5.

O símbolo utilizado para a indicação das leis e regras violadas é uma grade e também segue um padrão que transita entre o rígido, mas com aparência limpa:



Feito por mim, é vazado ao centro, para ser colocada as numerações as quais são apontadas as violações de direitos relatadas pelas personagens.

3. Cronograma

Atividades/ tempo	1º mês	2º mês	9ª semana	10ª semana	11ª semana	12ª semana	13ª semana
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X			
Leitura da bibliografia		X	X	X			
Busca de entrevistadas			X	X			
Entrevistas				X	X		
Transcrição das entrevistas					X	X	
Estruturação dos capítulos					X	X	
Redação do produto						X	X
Redação do relatório							X

4. Orçamento

4.1 Viagens

Bauru – Ribeirão Preto: R\$35

Santa Rita do Passa Quatro – Franca: R\$97

Franca – Santa Rita do Passa Quatro: R\$97

Ribeirão Preto – São Paulo: R\$89

São Paulo – Ribeirão Preto: R\$89

4.2 Alimentação e transporte interno

São Paulo: R\$45

4.3 Livros

Presos que menstruam: R\$ 45

Cadeia - relato sobre mulheres: R\$28

Cela Forte Mulher: R\$ 23

5. Considerações finais

O sistema carcerário feminino me atingiu e me cortou a face ao meio. Dessa ruptura, nasceu a problemática a partir de dois cernes: o das mulheres que vivem a realidade do sistema e o da política de encarceramento adotada por uma estrutura falida, que marginaliza seres humanos, ao invés de praticar a reinserção social e a “reeducação” de pessoas infratoras.

Sobre os dias que eu não gostaria de ter que contar: vivências, violações e percepções de mulheres acerca do sistema carcerário feminino me levou junto a mulheres de carne e osso, envoltas por sentimentos que, muitas vezes, transbordaram seus olhos ao lembrarem de dias, contados em anos ou em duas mãos, que lhes cortaram na raiz suas particularidades inerentes do feminino – não apenas o feminino estereotipado como vaidoso e frágil, mas sim do feminino que é terra para brotar vidas, do feminino que descama uma vez por mês e se deixa vazar como sangue.

Vi e ouvi histórias de mulheres que sofreram na pele o descaso de um Estado que as trata como seres desprovidos de necessidades básicas e de sentimentos, que invisibiliza suas vivências para conservarem a visão de que pessoas infratoras são o erro de uma sociedade e que devem ser tratadas de forma degradante e igual, desconsiderando as diferenças de cada gênero.

Ao me deparar com mulheres acerca do sistema carcerário feminino, pude confirmar a base teórica, a qual foi estudada por mim, que apresenta muitas mulheres como vítimas de marginalização social, que entram no crime para conseguirem uma renda alternativa, visto que a maioria delas é chefe de família e têm filhos, e que foram e são ajudadas por uma rede de apoio feminina: mães, irmãs, cunhadas, tias, que lhes suprem a falta de estrutura material e de apoio psicológico, arrancadas de seus corpos todos os dias, na hora em que o galo canta, por parte das unidades prisionais.

Através da pesquisa teórica pude perceber, também, que o encarceramento feminino parte de uma política social de higienização, na qual a maioria das mulheres em situação de prisão são negras e pobres, com filhos, responsáveis por sustentarem a família e que buscaram meios alternativos para ganharem dinheiro, visto que mulheres e, principalmente, mulheres negras, estão na base da pirâmide social.

A partir de tal evidência, surge a segunda parte de minha face atingida pelo sistema carcerário feminino, que é a de entender a estrutura por trás de um encarceramento em massa de mulheres que, segundo os dados obtidos pelo Infopen Mulheres, cresceu 567% entre os anos de 2000 e 2014. No entanto, o tempo foi um limitador de ações para que eu conseguisse estudar

a fundo a questão e, no trabalho de campo cruzei meu caminho com mulheres que se encaixam, sim, no perfil estudado (jovens, mães, chefes de família), mas apenas uma fazia parte dos 68% de mulheres negras sob custódia do Estado, fato que permite a conclusão de que há um porquê sobre prender esta quantidade de mulheres, visto que a população negra no Brasil é de 54%.

Esta foi uma demanda a qual não consegui abarcar no estudo, mas que estará presente no futuro, após a finalização desta etapa de conclusão de curso. A ideia é entender em campo e com base teórica, com auxílio de especialistas da área, como Dina Alves e Juliana Borges, o porquê deste encarceramento em massa vivido por mulheres, principalmente por mulheres negras, e produzir, juntamente com o conteúdo já adquirido e com a volta ao trabalho de campo, uma linha do tempo com as datas que nortearam o encarceramento no Brasil.

Com isso, me despeço da produção de *Sobre os dias que eu não gostaria de ter que contar: vivências, violações e percepções de mulheres acerca do sistema carcerário feminino* com um ar não de despedida, mas sim de recomeço. Este projeto já me proporcionou lindos frutos antes mesmo de seu fim como Trabalho de Conclusão de Curso, quando recebi o convite do coletivo de jornalistas da Ponte Jornalismo - canal responsável por praticar o Jornalismo pelo prisma dos direitos humanos, levando informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos à Internet - para publicar o livro como uma série de reportagens na plataforma virtual do canal, além de que pretendo, adiante, publicá-lo em versão impressa em gráfica e devidamente diagramado.

Vejo este fim como sendo o começo de, quem sabe (e eu espero saber), uma profunda caminhada acerca do universo que envolve o sistema carcerário feminino, e a iniciativa de uma ação que visa a melhoria das condições oferecidas por esta estrutura falida do Estado, que marginaliza, maltrata e invisibiliza mulheres.

E tenho a certeza de que a produção deste livro-reportagem foi uma positiva via de mão dupla, tanto para que eu apresentasse um conteúdo que acredito ser uma iniciativa de transformação social, na qual vejo como uma grande função exercida pelo Jornalismo, como para meu próprio crescimento pessoal e profissional, ao entrar em contato com uma realidade distante da minha e romper com a visão acerca do sistema carcerário feminino, interna e externamente, que é transmitida pela mídia tradicional.

Entrei em contato com as fontes, apliquei conceitos aprendidos para tratá-las de maneira humana; adentrei, de forma profissional, a uma realidade que marginaliza, ainda mais, seres humanos e que lhes movimenta uma grande carga emocional; ultrapassei dificuldades em lidar com a estruturação dos capítulos do livro, pois as entrevistas eram longas e, de início, não sabia

como fazer para que conseguisse estruturá-los da maneira como eu achava melhor, no entanto, optei pela forma manual: imprimir todas as transcrições e as recortei, dividindo-as por assuntos, e então consegui montá-las; enfrentei o receio de escrever de forma científica, que sempre me pareceu complexo e eu nunca tinha despendido uma grande quantidade de energia sobre a atividade; e adquiri conhecimento pessoal, valioso para mim, acerca do meu processo criativo de escrita literária, o qual pretendo continuar praticando.

Sobre os dias que eu não gostaria de ter que contar: vivências, violações e percepções de mulheres acerca do sistema carcerário feminino nasce por um imenso desejo de transformação social, que só foi possível através do meu aprendizado adquirido por ser uma estudante de Jornalismo e através de um grande autoconhecimento, que levarei comigo pelos caminhos que vou trilhar pessoal e profissionalmente.

6. Referências bibliográficas

AMARAL, M. Fontes jornalísticas: O lugar de fala do cidadão. In: **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2AMARAL.pdf>. Acesso em: julho de 2017.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL, et al. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: maio de 2017.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 11, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/6>>. Acesso em: 01 jul 2017.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. 1.ed. Tradução de: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: junho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 42ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 302 p.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê cultura e raízes da violência contra as mulheres**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>>. Acesso em: julho de 2017.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA – ITTC. **Mulheres sem prisão**: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/comunicaittc/docs/relatorio_final_online>. Acesso em: junho de 2017.

KOMETANI, Pâmela. **Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos, diz pesquisa**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

LEMGRUBER, Julita. **Controle da criminalidade**: mitos e fatos. Encarte da Revista Think Tank. São Paulo: Instituto Liberal, 2001. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Controle-da-criminalidade_mitos-e-fatos.pdf>. Acesso em: julho de 2017.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. 1. ed. São Paulo, Brasiliense, 1998. 69 p.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. ed. 1. São Paulo: Ática, 2011. 96 p.

PENA, Felipe. O jornalismo literário como gênero e conceito. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 17, p. 6-7, 2007. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/349>>. Acesso em: julho de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, v. 1, n. 39, p. 105-125, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>. Acesso em: junho de 2017.

SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 224 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/vjtsp/pdf/silva-9788579837036.pdf>>. Acesso em: junho de 2017.

SPONHOLZ, Liriam. **As ideias e seus lugares**: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha. Revista Famecos. Porto Alegre, p. 110-117, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/239553438_As_ideias_e_seus_lugares_objetividade_em_jornalismo_no_Brasil_e_na_Alemanha>. Acesso em: julho de 2017.